

# Anatomia de um racismo ambiental e o movimento de justiça ambiental

James Miyamoto e Luiza Coelho

---

MIYAMOTO, James; COELHO, Luiza. Anatomia de um racismo ambiental e o movimento de justiça ambiental. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 19, e 572, jul. 2025

---

data de submissão: 09/07/2025  
data de aceite: 09/07/2025

Bullard, R. D. Anatomy of Environmental Racism and the Environmental Justice Movement. In: Bullard, R. D. (ed). *Confronting Environmental Racism: Voices from the Grassroots*, Boston: South End Press, 1993, p.15-39.

Bullard, R. D. Anatomia de um racismo ambiental e o movimento de justiça ambiental. In: Bullard, R. D. (Ed.). *Confrontando o racismo ambiental: vozes das população*, Boston: South End Press, 1993, p.15-39.

Tradução: James Miyamoto

Revisão: Luiza Coelho

## James MIYAMOTO

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo; james@fau.ufrj.br

## Luiza COELHO

Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo; Lu.dias.coelho@gmail.com

---

**Contribuição de autoria:** Redação - rascunho original: MIYAMOTO, J. Redação - revisão de linguagem inclusiva: COELHO, L.

---

**Editores responsáveis:** James Miyamoto e Isis Pitanga

---



**N**em todas as comunidades são tratadas da mesma forma. Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas comunidades são rotineiramente envenenadas, enquanto o governo olha em outra direção. Regulamentações ambientais não beneficiam igualmente todos os segmentos da sociedade. Comunidades racializadas (afro-americanos, latinos, asiáticos, povos originários das ilhas do Pacífico e povos originários americanos) são desproporcionalmente contaminados por produtos industriais em seus trabalhos e em suas vizinhanças. Esses grupos devem lidar com ar e água potável contaminados – os subprodutos de aterros sanitários, incineradores, indústrias poluentes e instalações de tratamento, armazenamento e descarte de resíduos perigosos.

Por que algumas comunidades são “abandonadas” e outras não? Por que regulamentações ambientais são rigorosamente aplicadas em algumas comunidades e em outras não? Por que alguns trabalhadores são protegidos de ameaças ambientais à saúde, enquanto outros (como trabalhadores agrícolas imigrantes) ainda estão sendo envenenados? Como a justiça ambiental pode ser incorporada na campanha para proteção ambiental? Que mudanças institucionais poderiam permitir os Estados Unidos se tornarem uma sociedade justa e sustentável? Que estratégias de organização comunitária são efetivas contra o racismo ambiental? Essas são algumas questões levantadas nesse livro.

Este capítulo descreve os problemas ambientais básicos enfrentados por comunidades racializadas, discute como o movimento ambiental tradicional (convencional) não provê a base organizacional adequada, análise, visão ou estratégias para solucionar essas questões, e finalmente, oferece uma ideia geral das diversas lutas representativas no âmbito do movimento da justiça ambiental popular. Para isso, a realidade difundida do racismo é colocada no centro da análise.

## **Colonialismo doméstico e racismo branco**

Há muito, a história dos Estados Unidos é pautada pelo racismo branco. A nação foi fundada sob os princípios da “terra livre” (roubada dos povos originários americanos e mexicanos), “trabalho livre” (cruelmente extraído de povos africanos escravizados) e “homem livre” (homem branco com propriedade). Desde o início, o racismo institucional moldou a paisagem econômica, política e ecológica e reforçou a exploração da terra e das pessoas. Na realidade, isso fez com que as comunidades não-brancas<sup>1</sup> existissem como colônias

<sup>1</sup> Pessoas racializadas.

internas caracterizadas como dependentes das relações (desiguais) com a sociedade branca dominante ou “Pátria-Mãe”. No livro *Black Power*, de 1967, Carmichael e Hamilton foram os primeiros a explorar o modelo colonial “interno” como forma de explicar as desigualdades raciais, exploração política e isolamento social dos afro-americanos. Como Carmichael e Hamilton escreveram:

A relação econômica das comunidades negras americanas (com a sociedade branca)... reflete seus status colonial. O poder político exercido sobre essas comunidades anda de mãos dadas com a privação econômica vivenciada pelos cidadãos negros.

Historicamente, as colônias existiram com o único propósito de enriquecer, de alguma forma, o “colonizador”; a consequência é manter a dependência econômica do colonizado (p.16-17).

Em geral, pessoas não-brancas nos Estados Unidos – assim como seus correspondentes em terras anteriormente colonizadas da África, Ásia e América Latina, - não tiveram as mesmas oportunidades que os brancos. As forças sociais que organizaram colônias oprimidas internacionalmente ainda operam no “coração do colonizador da pátria-mãe” (Blauner, 1972, p.26). Para Blauner, pessoas não-brancas são sujeitas a cinco processos colonizadores: elas adentram na sociedade e economia “hospedeiras” involuntariamente; suas culturas ancestrais são destruídas; burocracias ditadas por brancos impõem restrições das quais os brancos estão isentos; o grupo dominante usa o racismo institucionalizado para justificar suas ações; e surge um mercado de trabalho dicotômico ou “segmentado” com base em etnia e raça. Tal dominação também é sustentada por instituições estatais. Os cientistas sociais Omi e Winant (1986, p. 76-78) vão mais longe ao insistir que “cada instituição de estado é uma instituição racial”. Claramente, brancos recebem benefícios do racismo, enquanto não-brancos arcam com os custos.

## Racismo ambiental

O racismo desempenha um fator-central no planejamento e na tomada de decisões ambientais. De fato, o racismo ambiental é reiterado por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares. É um fato da vida nos Estados Unidos para qual o movimento ambiental dominante esteja apenas começando a atentar. Entretanto, sem dúvida alguma, o racismo influencia a probabilidade de exposição a riscos ambientais e de saúde e o acesso aos cuidados de saúde. O racismo proporciona aos brancos de todas

as classes uma “vantagem” no acesso a um ambiente físico saudável. Este fato tem sido documentado recorrentemente.

Seja por projeto consciente ou negligência institucional, comunidades não-brancas em guetos urbanos, em “bolsões de pobreza” rurais ou reservas de povos indígenas economicamente empobrecidas enfrentam algumas das piores devastações ambientais do país. Claramente, a discriminação racial não foi eliminada legalmente nos anos 1960. Enquanto alguns progressos significantes aconteceram durante esta década, pessoas não-brancas continuaram a lutar por tratamentos iguais em diversas áreas, incluindo em relação à justiça ambiental. Agências em todos os níveis governamentais, incluindo a *EPA (Environmental Protection Agency)*<sup>2</sup>, realizaram um trabalho inadequado em proteger pessoas não-brancas dos estragos da poluição e da invasão industrial. Portanto, tem sido uma árdua batalha convencer juízes, jurados, autoridades governamentais e formuladores de políticas brancos de que o racismo existe na proteção ambiental, na aplicação da lei e na formulação de políticas.

<sup>2</sup> *Environmental Protection Agency*: Agência de Proteção Ambiental.

As comunidades mais poluídas são aquelas com infraestrutura decadente, contínuo desinvestimento econômico, habitação precária, escolas inadequadas, desemprego crônico, altos níveis de pobreza e um sistema de saúde sobrecarregado. O Centro-Sul de Los Angeles<sup>3</sup>, devastado por revoltas (manifestações), ilustra a negligência urbana. Não é surpreendente que o código postal “mais sujo” da Califórnia pertença majoritariamente a vizinhanças afro-americanas e latinas naquela parte da cidade. Na região metropolitana de Los Angeles mais de 71% dos afro-americanos e 50% dos latinos vivem nas áreas com ar mais poluído, enquanto apenas 34% da população branca vivem nessa condição (Ong; Blumenber, 1990; Mann, 1991). Este padrão se repete nacionalmente. Como os pesquisadores Wernette e Nieves observam:

<sup>3</sup> Em 1992, uma onda de manifestações ocorreu no Centro Sul de Los Angeles, EUA, quando policiais foram absolvidos, a despeito da violência imposta a um negro, Rodney King, por um mal-entendido. King, por ter ingerido bebida alcoólica, durante a liberdade condicional, acreditou que seria preso novamente, ao ser perseguido por uma viatura policial, e tentou escapar. Foi, assim, espancado violentamente. Uma filmagem registrou a brutalidade da conduta policial. Houve reação em diversas cidades americanas, com dezenas de mortos e feridos.

Em 1990, 437 dos 3.109 condados e cidades independentes falharam em atender ao menos um dos padrões de qualidade ambiental do ar do EPA...57% dos brancos, 65% dos afro-americanos e 80% dos hispânicos vivem em 437 condados com padrões subnormais de qualidade do ar. De toda a população, um total de 33% de brancos, 50% de afro-americanos e 60% de hispânicos vivem em 136 condados em que dois ou mais poluentes atmosféricos excedem os padrões adequados. Os percentuais de pessoas que vivem nos 29 condados em que não há atendimento a três ou mais parâmetros de poluentes são 12% de brancos, 20% de afro-americanos e 31% de hispânicos (p.16-17).

A renda por si não é responsável por esses percentuais acima da média. A segregação habitacional e modelos desenvolvimento exercem um papel fundamental em determinar como as pessoas vivem. Além disso, o desenvolvimento urbano e a “configuração espacial” das comunidades decorrem das forças e relações da produção industrial que, por sua vez, são influenciadas e subsidiadas pelas políticas governamentais (Feagin, 1988; Gottdiener, 1988). Há um consenso generalizado de que vestígios de decisões baseadas em critérios raciais ainda influenciam habitação, educação, emprego e justiça criminal. O mesmo é verdadeiro para serviços municipais como coleta e descarte de lixo, saneamento básico, proteção policial e contra incêndio e serviços de biblioteca. O racismo institucional influencia decisões relativas ao uso do solo, aplicação de regramentos ambientais, localização de instalações industriais, gerenciamento de vulnerabilidades econômicas e o traçado de estradas e rodovias.

Pessoas descrentes em relação à assertiva de que pessoas pobres e não-brancas são alvos preferenciais da localização de depósito de lixo deveriam considerar o relatório da *Cerrell Associates* fornecido pela *California Waste Management Board* (Conselho de Gestão de Resíduos da Califórnia). Em seu relatório de 1984, “*Political Difficulties Facing Waste-to-Energy Conversion Plant Siting*” (Dificuldades Políticas Enfrentadas pela Localização da Usina de Conversão de Resíduos em Energia), foi apresentado um perfil detalhado dos bairros mais propensos a organizar resistência contra os incineradores. A conclusão política baseada nesta análise é clara. Como o relatório afirma:

Todos os grupos socioeconômicos tendem a ser afetados pela proximidade de grandes instalações, mas as classes socioeconômicas médias e altas possuem melhores recursos para serem contra. Bairros das classes média e alta não devem estar localizados entre uma e cinco milhas do sítio proposto (p.43).

Então, onde serão localizados os incineradores e outras instalações poluentes? Para a *Cerrell Associates*, a resposta é em bairros com baixa renda, marginalizados e uma grande concentração de pessoas sem direito a voto. O lugar ideal, de acordo com o relatório, não tem nada a ver com a adequação ambiental, mas tudo a ver com a falta de poder social. Comunidades não-brancas na Califórnia estão muito mais propensas a se encaixarem neste perfil do que seus correspondentes brancos. Aqueles ainda céticos em relação à existência de racismo ambiental devem levar em consideração o fato de que conselhos de zoneamento e comissões de planejamento são normalmente compostos por empreendedores brancos. Geralmente, as

decisões desses órgãos refletem os interesses individuais de seus integrantes. Pessoas não-brancas têm sido sistematicamente excluídas das decisões desses conselhos, comissões e agências governamentais (recebem apenas representação simbólica). Líderes comunitários têm demandado uma presença participativa em todas as decisões que impactam em suas comunidades. Eles estão desafiando os pressupostos racistas involuntários ou não, subjacentes às políticas ambientais e industriais.

## Colonialismo Tóxico no Exterior

Para entender a crise ecológica global, é importante entender o envenenamento dos afro-americanos no Centro Sul de Los Angeles e de Mexicanos nas fronteiras *maquiladoras*<sup>4</sup> têm raízes no mesmo sistema de exploração econômica, opressão racial e desvalorização da vida humana. A busca por soluções dos problemas ambientais e por formas de se atingir o desenvolvimento sustentável nos Estados Unidos possuem implicações consideráveis para o movimento ambiental global.

<sup>4</sup> As *maquiladoras* mexicanas, também conhecidas como Indústria Maquiladora de Exportação (IME), são fábricas que se instalam no México, principalmente na região fronteiriça com os Estados Unidos, para realizar a montagem ou produção parcial de produtos, geralmente para exportação, principalmente para os EUA.

Atualmente, mais de 1.900 *maquiladoras*, fábricas de montagem, operadas por americanos, japoneses e outros países estrangeiros, estão localizadas ao longo das 2.000 milhas da fronteira entre os Estados Unidos e o México (*Center for Investigative Reporting*, 1990; Sanchez, 1990; Zuniga, 1992, p.22a). Essas fábricas utilizam mão de obra mexicana barata para montar produtos a partir de componentes e matérias-primas importados e, em seguida, enviados de volta aos Estados Unidos (Witt, 1991). Quase meio milhão de mexicanos trabalha em *maquiladoras*. Eles recebem uma média de US\$ 3,75 ao dia. Ainda que essas fábricas tragam emprego, mesmo com baixa remuneração, elas agravam a poluição local por gerar superlotação das cidades nas fronteiras, estressando os sistemas de água e esgoto e reduzindo a qualidade do ar. Tudo isso compromete a saúde dos trabalhadores e moradores de comunidades próximas. A agência de regulamentação ambiental mexicana tem falta de pessoal e está mal equipada para fazer cumprir as leis do país (*Working Group on Canada-Mexico Free Trade*, 1991).

A prática de direcionar comunidades não-brancas de países periféricos ao sistema econômico para o descarte de resíduos e a introdução de tecnologias ariscadas provenientes de países industrializados são formas de "colonialismo tóxico", o que alguns ativistas nomearam como "subjugação de pessoas a uma lógi-

ca econômica ecologicamente destrutiva por entidades sobre as quais as pessoas não possuem controle” (Greenpeace 1992, p. 3). A controversa política de depósito [de lixo] do mundo industrializado nos países periféricos ao sistema econômico tornou-se pública através de um memorando interno, em 12 de dezembro de 1991, de autoria de Lawrence Summers, economista-chefe do Banco Mundial. O documento chocou o mundo e desencadeou um escândalo global. Aqui estão os principais pontos:

Indústrias “sujas”: Só entre nós, o Banco Mundial não deveria incentivar MAIS a migração das indústrias sujas para os *LDCs* [*Less Developed Countries* (Países Menos Desenvolvidos)]? Posso pensar em três razões:

1. A avaliação dos custos da poluição prejudicial à saúde depende do aumento das perdas devido a morbidade e mortalidade. A partir desse ponto de vista, uma determinada quantidade de poluição prejudicial à saúde deve ser causada em um país com menor custo, aquele com salários mais baixos. Acredito que a lógica por trás do depósito de lixo tóxico em um país com salários mais baixos é impecável e devemos encarar-la.
2. Os custos de poluição provavelmente não são lineares, já que os incrementos iniciais de poluição, provavelmente, possuem custos muito baixos. Eu sempre pensei que as áreas pouco poluídas na África são extremamente sub-poluídas; a qualidade do ar destas áreas são, provavelmente, altamente ineficientes em comparação com Los Angeles ou Cidade do México. Os fatos lamentáveis são que tanta poluição é gerada por indústrias não comercializáveis (transporte, geração de energia) e que a unidade de custos de transporte de dejetos sólidos são tão altas que impedem o comércio de poluição atmosférica e resíduos, que melhoraria o bem-estar do mundo.
3. A demanda por um meio-ambiente limpo por razões estéticas e de saúde provavelmente terá uma elasticidade de renda muito grande. A preocupação com um agente que causa a mudança na probabilidade de um em um milhão nas chances de câncer de próstata será obviamente maior onde as pessoas sobrevivem ao câncer de próstata do que em um país onde a mortalidade infantil (com menos de cinco anos) é de 200 por mil nascidos vivos. Além disso, grande parte da preocupação com os lançamentos industriais na atmosfera está relacionada a partículas que prejudicam a visibili-

dade. Estes lançamentos podem ter pouco impacto direto na saúde. Claramente, o comércio de bens que incorporam preocupações estéticas com a poluição pode levar a melhoria do bem-estar. Embora a produção seja móvel, o consumo de ar “limpo” não é comercializável.

O problema em relação aos argumentos contra todas essas propostas de mais poluição em “Países Menos Desenvolvidos”<sup>5</sup> (direitos intrínsecos a certos bens, razões morais, preocupações sociais, falta de mercados adequados etc.) podem ser invertidos e usados de forma mais ou menos efetiva contra todas as propostas do Banco...

<sup>5</sup> *Least Developed Countries (LDC): “Países Menos Desenvolvidos”.*

## Para Além da Armadilha de Raça versus Classe

Seja nos Estados Unidos ou no exterior, a questão de quem paga e quem se beneficia das políticas industriais e de desenvolvimento correntes é central para qualquer análise do racismo ambiental. Nos Estados Unidos, a raça interage com classe para criar vulnerabilidade ambiental e de saúde específicas. Pessoas não-brancas, contudo, se enfrentam níveis elevados de exposição tóxica mesmo quando as variáveis de classe social (renda, educação e status ocupacional) são mantidas constantes (Bryant; Mohai, 1992). Raça tem sido vista como um fator independente, não reduzível a classe, para a previsão de distribuição de: 1) poluição do ar em nossa sociedade (Freeman, 1972; Gianessi, Peskin; Wolff, 1979; Gelobter, 1988; Wermette; Nieves, 1992); 2) consumo de peixe contaminado (West; Fly; Marans, 1990); 3) localização de depósito de lixo e incineradores (Bullard, 1983, 1987, 1990, 1991a); 4) localização de resíduos de despejos tóxicos abandonados (*United Church of Christ Commission for Racial Justice*, 1987); e 5) envenenamento por chumbo (*Agency for Toxic Substances and Disease Registry*, 1988).

Envenenamento por chumbo é um caso clássico em que a raça, não apenas a classe social, determina a exposição. Isso afeta entre três e quatro milhões de crianças nos Estados Unidos – a maioria dos quais são afro-americanas e latinas vivendo em áreas urbanas. Entre crianças de até cinco anos de idade, o percentual de afro-americanas que possuem níveis excessivos de chumbo em seus sangues excede os percentuais de crianças brancas em todos os níveis de renda (*Agency for Toxic Substances and Disease Registry*, 1988, p.I-12).

A *Agency for Toxic Substances and Disease Registry* (Agência para Substâncias Tóxicas e Registro de Doenças) concluiu que entre as famílias com renda anual até US\$ 6.000, havia uma estimativa de que 68% das crianças afro-americanas estavam contaminadas por chumbo, em comparação com 36% das crianças brancas. Para famílias com renda acima de US\$ 15.000, mais de 38% das crianças afro-americanas estavam contaminadas, em comparação com 12% das crianças brancas. Crianças afro-americanas são de duas a três vezes mais propensas do que suas equivalentes brancas a sofrer de envenenamento por chumbo independentemente dos fatores de classe.

Uma das razões para isso é que afro-americanos e brancos não têm as mesmas oportunidades para “decidir com seus próprios pés” em sair de um ambiente fisicamente doente. A capacidade de um indivíduo em escapar de um ambiente ameaçador à saúde é usualmente correlacionada com a sua renda. Entretanto, barreiras raciais tornam ainda mais difícil para que milhões de afro-americanos, latinos, asiáticos, povos originários das ilhas do Pacífico e povos originários americanos se mudem. Discriminações habitacionais, “redlining”<sup>6</sup> e outras tensões do mercado tornam difícil para que milhões de famílias consigam meios de sair de ambientes poluídos. Por exemplo, uma família afro-americana de alta renda (com renda de US\$ 50.000 ou mais) é tão discriminada quanto uma família afro-americana com renda anual de US\$ 5.000 (Denton; Massey, 1988; Jaynes; Williams, 1989). Portanto, o envenenamento por chumbo de uma criança afro-americana não é apenas uma “questão de pobreza”.

O racismo branco<sup>7</sup> contribuiu para a criação de comunidades segregadas e desiguais. Isso define os limites de um gueto urbano, de um “bairro latino” e das reservas de povos indígenas e influencia a oferta de proteção ambiental e outros serviços públicos. Políticas habitacionais e de desenvolvimento do tipo “apartheid” reduzem as opções de vizinhança, limita a mobilidade, diminui as oportunidades de emprego e reduz as escolhas ambientais de milhões de americanos. É improvável que essa nação em algum momento atinja soluções duradouras para seus problemas ambientais sem encarar o sistema de injustiça racial que contribui para a existência de comunidades vulneráveis, forçadas a arcar com custos ambientais desproporcionais.

<sup>6</sup> Na década de 1930, o governo federal estadunidense identificava bairros com minorias étnicas e raciais como áreas de risco, sobretudo, do ponto de vista de investimentos imobiliários. Assim, essas regiões eram delimitadas graficamente em vermelho, em mapas coloridos.

<sup>7</sup> Talvez possa ser traduzido como racismo da branquitude. Partindo do entendimento de que esse é um paradigma construído pelos indivíduos brancos para continuarem ocupando posições de privilégio em uma sociedade hierarquizada racialmente.

## Os Limites do Ambientalismo Tradicional

Historicamente, o movimento ambientalista tradicional nos Estados Unidos tem desenvolvido agendas com foco em objetivos como a preservação de áreas nativas e vida selvagem, gerenciamento responsável de recursos, redução de poluição e controle populacional. Tem sido principalmente apoiado por brancos da classe média e classe média alta. Embora a preocupação com o meio ambiente que transcenda linhas de raça e classe, ativistas ecológicos são tradicionalmente pessoas com nível de educação acima da média, grande acesso a recursos econômicos e grande senso de poder pessoal (Buttel; Flinn, 1978; Morrison, 1980, 1986; Dunlap, 1987; Bullard, 1990; Bullard; Wright, 1987; Bachrach; Zautra, 1985; Mohai, 1985, 1990).

Não surpreendentemente, grupos tradicionais demoraram a expandir suas bases para incluir brancos pobres e a classe trabalhadora, deixando isolados afro-americanos e não-brancos. Além disso, eles estavam despreparados para lidar com as preocupações ambientais, econômicas e sociais dessas comunidades. Durante os anos 1960 e 1970, enquanto o "Big Ten"<sup>8</sup> voltou sua atenção para a preservação e conservação da natureza através de ações judiciais, lobby político e avaliações técnicas, os ativistas não-brancos estavam engajados em mobilizações de ações diretas em massa pelos direitos civis básicos nas áreas de emprego, habitação, educação e saúde. Assim, dois movimentos paralelos e, por vezes, conflitantes emergiram e levou quase duas décadas para que uma convergência significativa ocorresse entre esses dois esforços. Na realidade, os conflitos permanecem em relação a como os dois grupos devem equilibrar desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ambiental.

<sup>8</sup> "Big Ten" é um grupo de dez organizações ambientalistas importantes: *National Wildlife Federation (NWF)*, *Sierra Club*, *National Audubon Society*, *Wilderness Society*, *Friends of the Earth*, *Environmental Defense Fund (EDF)*, *National Parks and Conservation Association*, *Izaak Walton League*, *National Resources Defense Council (NRDC)* e *Environmental Policy Institute*.

Em suas desesperadas tentativas de melhorar as condições econômicas de seus pares, muitos líderes políticos e de direitos civis afro-americanos têm direcionado suas energias em trazer empregos para suas comunidades. Em muitos casos, isso tem sido obtido sob um grande risco para a saúde dos trabalhadores e das comunidades do entorno. A promessa de emprego (mesmo que com baixa remuneração e risco) e de uma base tributária ampliada tem atraído comunidades não-brancas economicamente empobrecidas e politicamente sem poder nos Estados Unidos, assim como em todo o mundo (*Center for Investigative Reporting*, 1990; Bullard, 1990; Bryant; Mohai, 1992). A chantagem ambiental envolvendo a oferta de empre-

gos é um fato da vida. Você pode aceitar um emprego, mas apenas se você estiver pretendendo trabalhar em algo que prejudicará você, sua família ou seus vizinhos.

Trabalhadores racializados<sup>9</sup> são especialmente frágeis à chantagem envolvendo emprego devido à grande ameaça de desemprego em que vivem, comparados com os brancos, devido à concentração em ocupações com baixa remuneração, sem especialização e não sindicalizada. Por exemplo, eles representam uma larga parcela de trabalhadores não sindicalizados nas indústrias de petróleo, química e nuclear. Da mesma forma, 95% dos trabalhadores em fazendas nos Estados Unidos são latinos, afro-americanos, afro-caribenhos ou asiáticos. Os afro-americanos estão fortemente presentes em empregos de alto risco, operacionais e de serviços, para os quais há uma grande reserva de trabalhadores que podem substituí-los. Assim, eles têm duas vezes mais chance de estar desempregados do que seus correspondentes brancos. Medo do desemprego serve como um potente incentivo para trabalhadores afro-americanos aceitarem e manterem empregos que são conhecidos por serem prejudiciais à saúde. Trabalhadores irão dizer que “desemprego e pobreza também são um risco à saúde”. Existe um conflito inerente aos interesses do capital e do trabalho. Empregadores têm o poder de deslocar empregos (e riscos industriais) do Nordeste e Meio-Oeste para o Sul e para a região de “Sunbelt”<sup>10</sup> ou eles podem levar empregos para países em desenvolvimento onde a mão de obra é mais barata e onde há menos regulamentações de saúde e segurança. Entretanto, a menos que surja um movimento ambiental capaz de lidar com esses problemas econômicos, pessoas não-brancas e trabalhadores pobres brancos poderão acabar se alinhando com gestores corporativos em conflitos importantes ligados ao meio ambiente.

Na verdade, muitos sindicatos de trabalhadores relativizam suas demandas de melhoria das condições de trabalho e controle de poluição sempre que a economia está em recessão. Eles têm medo de demissões, fechamento de fábricas e realocação de indústrias. Esses medos e ansiedades do trabalhador são baseados na falsa, mas compreensível, suposição de que regulamentações ambientais inevitavelmente levam à perda de empregos (Brown, 1980, 1987).

O cerne do problema é que o movimento ambiental tradicional não abordou suficientemente o fato de que as desigualdades sociais e os desequilíbrios do poder social estão no coração da degradação ambiental, depleção de recursos, poluição e até mesmo

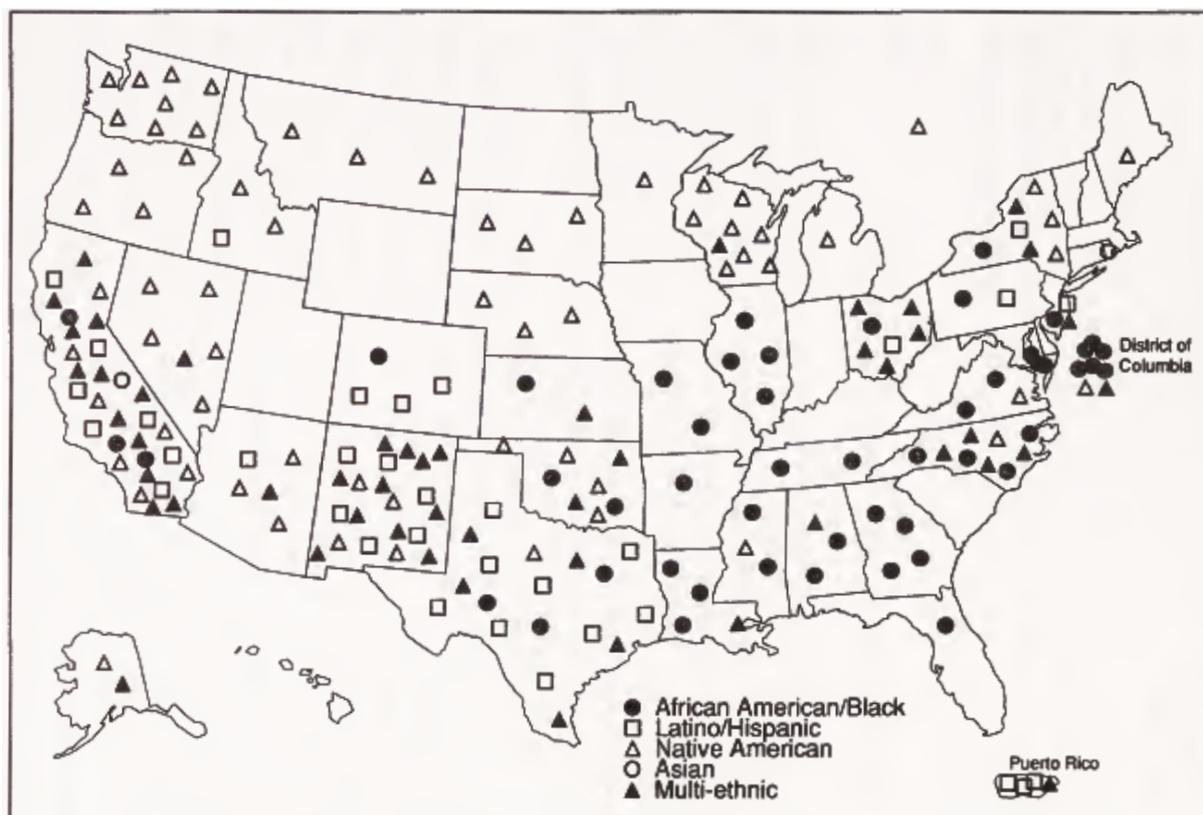
<sup>9</sup> *Workers of color*: não brancos ou racializados.

<sup>10</sup> O texto original se refere à “Sunbelt”: essa área inclui estados do sul e do sudoeste, como Flórida, Texas, Arizona e Califórnia, entre outros.

do crescimento populacional excessivo. A crise ambiental simplesmente não pode ser resolvida efetivamente sem justiça social. Como um acadêmico ecologista humano observa: "se um grupo internamente se beneficia direta e exclusivamente do uso excessivo de um recurso compartilhado, mas os custos desse uso excessivo são 'divididos' com os grupos externos, então a motivação do grupo interno para uma política de conservação de recursos (ou de obtenção sustentável) é prejudicada" (Catton, 1982).

## O movimento pela Justiça Ambiental

Como esse livro atesta, ativistas não-brancos começaram a desafiar tanto os poluidores industriais, quanto os movimentos ambientais tradicionais, muitas vezes indiferentes, lutando ativamente contra ameaças ambientais em suas comunidades e levantando a bandeira da justiça ambiental. Essa onda de ativismo ambiental entre os afro-americanos, latinos, asiáticos, povos originários das ilhas do Pacífico e povos originários americanos está emergindo em todo o país. Mesmo que raramente listado em diretórios tradicionais de meio ambiente e conservação, grupos populares de justiça ambiental vêm surgindo do Maine à Louisiana e Alasca (ver mapa abaixo).



Estes grupos populares têm sido organizados em torno de questões como a localização de aterros sanitários para resíduos, contaminação por chumbo, pesticidas, poluição da água e ar, autogestão indígena, testes nucleares e segurança no trabalho (Alston, 1990; Bullard, 1990, 1992; Bryant; Mohai, 1992). Pessoas não-brancas têm criado e adaptado organizações existentes para enfrentar os enormes desafios ambientais com os quais se deparam. Um crescente número de grupos populares e seus líderes têm adotado estratégias de confronto direto semelhantes às aquelas do início dos conflitos por direitos civis. Além disso, a crescente documentação de racismo ambiental tem fortalecido a demanda por ambientes seguros e saudáveis como um direito básico de todos os indivíduos e comunidades (*Commission for Racial Justice*, 1991<sup>11</sup>; Bullard; Wright, 1987, 1990; Bryant; Mohai, em preparação).

<sup>11</sup> N.T: referência bibliográfica não identificada no original.

Unindo as percepções de ambos, os direitos civis e os movimentos ambientais, esses grupos populares estão lutando arduamente para melhorar a qualidade de vida de seus residentes. Como resultado dos esforços, o movimento de justiça ambiental está crescendo, influenciando e ganhando apoio de organizações ambientais e de direitos civis mais tradicionais. Por exemplo, a *National Urban League* de 1992, o *State of Black America*, incluiu – pela primeira vez nos 17 anos em que o relatório vem sendo publicado, – um capítulo sobre as ameaças ambientais à comunidade afro-americana (Bullard, 1992b). Outrossim, o *NAACP (National Association for the Advancement of Colored People)*, *ACLU (American Civil Liberties Union)* e *NRDC (Natural Resources Defense Council)* lideraram a luta para que crianças pobres fossem testadas por envenenamento por chumbo de acordo com as disposições da *Medicaid*<sup>12</sup> na Califórnia. A ação coletiva *Matthews vs. Coye*, resolvida em 1991, exigiu que o estado da Califórnia realizasse exames para detecção de envenenamento por chumbo em cerca de 500.000 crianças pobres, a um custo estimado entre 15 e 20 milhões de dólares. A triagem representa um grande avanço no esforço em identificar o sofrimento infantil em relação ao que as autoridades admitem ser o principal problema de saúde ambiental das crianças nos Estados Unidos. Por sua vez, as organizações ambientais tradicionais estão também começando a compreender a necessidade da justiça ambiental e estão gradativamente apoiando grupos populares através de aconselhamentos técnicos, testemunhos especializados, assistência financeira direta, levantamento de recursos, pesquisas e apoio jurídico. Até

<sup>12</sup> *Medicaid* é um programa de saúde social nos Estados Unidos para famílias e indivíduos de baixa renda.

<sup>13</sup> *Earth First!* é um grupo de defesa ambiental que surge nos Estados Unidos em 1979.

mesmo a seção de Los Angeles do movimento *Earth First!*<sup>13</sup>, voltada para a natureza selvagem, trabalhou com grupos comunitários para ajudar no impedimento da instalação de incineradores no Centro Sul de Los Angeles.

## Estudo de Casos das Comunidades Populares

Apesar de toda a importância atual e potencial, poucas pesquisas têm sido feitas sobre organizações afro-americanas, latinas, asiáticas, povos originários das ilhas do Pacífico e de povos indígenas que compõem o movimento de justiça ambiental de base. A pesquisa discutida aqui é centrada nas ameaças ambientais a comunidades racializadas de Houston (Texas), Dallas (Texas), Los Angeles (Califórnia), Richmond (Califórnia), Kettleman (Califórnia), Alsen (Louisiana), Rosebud (Dakota do Sul). Cada uma dessas comunidades está envolvida em uma ampla variedade de disputas ambientais tanto contra o governo, quanto contra a indústria privada.

Temos três objetivos principais ao analisarmos estas nove comunidades: 1) examinar as organizações e os mecanismos de disputa utilizados por pessoas não-brancas em resolver conflitos ambientais; 2) explorar as condições e circunstâncias sob as quais comunidades racializadas se mobilizam contra ameaças ambientais; e 3) avaliar o nível de apoio externo que grupos de base racializados recebem de organizações ambientais, justiça social etc. Para reunir essas informações, entrevistas aprofundadas foram conduzidas com líderes de opinião, que foram identificados através de uma abordagem "reputacional". Nós iniciamos com um pequeno número de informantes locais. Estes informantes foram orientados em "identificar a pessoa ou as pessoas mais influentes no desenvolvimento de resolução de disputas locais". Esta mesma consulta foi feita aos líderes influentes e este segundo grupo de líderes foi também entrevistado.

As entrevistas foram focadas em questões-chaves, incluindo a natureza da disputa, liderança e apoio externo, estratégia de oposição e resultados do conflito. As perguntas incluíam: os problemas ambientais foram causados pelo governo e/ou por corporações? A disputa envolve uma instalação existente ou uma a ser proposta? Os líderes se vêem como ambientalistas? As preocupações com equidade e justiça social foram os temas principais da organização? Quem liderou a oposição dos cidadãos locais nas disputas? Que tipo

TABELA 1		
Resumo das Disputas Comunitárias		
Grupo (Ano de fundação), localização	Tipo de Disputa	Instalação
Northeast Community Action Group (1979), Houston, Texas	Aterro de resíduos sólidos	Existente
Neighborhood Committee on Lead (1981), Dallas, Texas	Fundição de chumbo	Existente
West Dallas Coalition for Environmental and Economic Justice (1989), Dallas, Texas	Fundição de chumbo	Existente
Coalition for Community Action (1979), Alsen, Louisiana	Incinerador de resíduos perigosos	Existente
Concerned Citizens of South Central Los Angeles (1985), Los Angeles, California	Incinerador de resíduos sólidos	Proposto
Mothers of East Los Angeles (1985), Los Angeles, Califórnia	Incinerador de resíduos perigosos	Proposto
People for Clean Air and Water (1990), Kettleman City, Califórnia	Incinerador de resíduos perigosos	Proposto
West County Toxics Coalition (1989), Richmond, Califórnia	Refinaria petroquímica	Existente
Good Road Coalition (1991), Rosebud, Dakota do Sul	Aterro de resíduos sólidos	Proposto

de apoio os grupos locais receberam de organizações ambientais e de outras? Que estratégias os grupos utilizam? Quais foram mais efetivas? Como as disputas foram resolvidas?

Um resumo das várias comunidades, grupos populares e tipos de disputas ambientais incluídas neste estudo são apresentados na Tabela 1. Aqui, há uma análise detalhada da situação de cada comunidade.

**Houston:** Nos anos 1970, Houston foi apelidada de a “fivela de ouro” do *Sunbelt* (Bullard, 1987; 1990). Em 1982, ela tornou-se a quarta maior cidade da nação, com 1,7 milhões de habitantes. Sua comunidade negra de aproximadamente 450.000 habitantes é a maior do Sul. Por décadas, Houston se vangloriou de

ser a única grande cidade sem zoneamento. Durante os anos de “boom” na década de 1970, essa política de não-zoneamento contribuiu para um planejamento de uso do solo desorganizado e irracional, além de causar um quadro caótico na infraestrutura (Bullard, 1983). Um bairro de subúrbio majoritariamente afro-americano foi escolhido para ser um lugar de aterro sanitário municipal. A *Northeast Community Action Group (NECAG)* foi formada para impedir a construção do aterro sanitário.

**Dallas:** Dallas é a sétima maior cidade da nação com uma população de quase um milhão de habitantes. Os 265.594 afro-americanos que vivem em Dallas representam 29,4% da população da cidade. West Dallas é um dos muitos enclaves negros segregados da cidade. Sua população é de 13.161 pessoas, das quais 85% são negros. O bairro convive com uma fundição poluente de chumbo há cinco décadas (Nauss, 1983; Bullard, 1990). Logo no início, os moradores de West Dallas formaram o *Neighborhood Coalition on Lead Pollution* para fechar a fundição e limpar a área. Outro grupo, *West Dallas Coalition for Environmental Justice*, continua a luta, depois que o *Neighborhood Coalition on Lead Pollution* se dissolveu.

**Alsen (LA):** Alsen é uma comunidade não incorporada do rio Mississippi, a algumas milhas ao norte de Baton Rouge, capital do estado da Louisiana. Em 1980, possuía uma população de 1.104 indivíduos, dos quais 98,9% eram afro-americanos. Alsen está localizada no início do “Cancer Alley” (Corredor do Câncer), um trecho de terra de 85 milhas do Baton Rouge à Nova Orleans, uma área que corresponde a um quarto da produção petroquímica do país (Mariniss; Weisskopf, 1987; Anderson; Dunn; Alabarado, 1985; Bullard, 1990; Bullard; Wright, 1990). Grande parte dos resíduos perigosos é descartada nos incineradores da *Rollins Environmental Services* localizada próximo de Alsen. Os residentes formaram a *Coalition for Community Action* para enfrentar a operação dos incineradores de resíduos perigosos da Rollins.

**Los Angeles:** *Los Angeles* é a segunda maior cidade da nação com uma população de 3,5 milhões. Das grandes cidades, é uma das mais diversas cultural e etnicamente. Pessoas não-brancas (latinos, asiáticos, povos originários das ilhas do Pacífico, afro-americanos e povos originários da América) constituem, agora, 63% da população da cidade. Moradores de *South Central Los Angeles*, um bairro que possui mais de 52% de afro-americanos e aproximadamente 44% de latinos e que foi selecionado para receber o primei-

ro incinerador de resíduos sólidos urbanos de última geração da cidade. Moradores locais organizaram o *Concerned Citizens of South Central Los Angeles* para lutar contra o incinerador (Sanchez, 1988; Russell, 1989; Blumberg; Gottlieb, 1989; Hamilton, 1990).

Assim como a maior comunidade de afro-americanos de *Los Angeles* foi selecionada como local de implantação para um incinerador municipal financiado pela cidade, *East Los Angeles*, a maior comunidade latina da cidade, foi escolhida para receber um incinerador de resíduos perigosos (Russell, 1989). Oficialmente, o incinerador foi planejado para Vernon, um subúrbio industrial com apenas 96 pessoas. Porém, muitos bairros de *East Los Angeles* (composto majoritariamente por latinos) estão localizados a apenas uma milha de distância e a favor do vento do local proposto. O grupo *Mothers of East Los Angeles (MELA)* lidera a luta contra a localização de resíduos perigosos (Pardo, 1991).

*Richmond (CA)*: Richmond tem uma população de 80.000 pessoas. Mais da metade são afro-americanos e cerca de 10% latinos. A maior parte da população afro-americana vive próximo do corredor petroquímico da cidade – um conjunto de 350 instalações que lidam com resíduos perigosos (*Citizens for a Better Environment*, 1989). As cinco fábricas mais poluidoras são: a refinaria de óleo *Chevron*, fábrica de pesticidas *Chevron Ortho*, *Witco Chemical*, *Airco Industrial Gases* e uma fábrica de pesticidas *ICI* (anteriormente *Stauffer Chemical*). *Chevron Ortho* gera mais de 40% dos resíduos perigosos de *Richmond*. A maior parte desses resíduos é incinerada no próprio terreno da usina. Os cidadãos locais fundaram o *West County Toxics* para confrontar o problema das emissões tóxicas.

*Kettleman City (CA)*: a cidade de Kettleman é uma pequena comunidade de trabalhadores rurais com aproximadamente 1.200 pessoas. Mais de 95% dos residentes são latinos. É sede do aterro sanitário de resíduos perigosos da maior empresa de disposição de resíduos do mundo (ver Corwin, 1991; Siler, 1991). A companhia propôs erguer um novo incinerador em Kettleman City. Moradores organizaram um grupo contrário chamado *El Pueblo para el Aire y Agua Limpio* (Povo pelo Ar e Água Limpos).

*Rosebud Reservation (SD)*: Como as regulamentações ambientais estaduais vêm se tornando mais rigorosas nos últimos anos, reservas indígenas americanas têm se tornado alvos de empresas de depósito de resíduos (Beasley, 1990b; Tomsho, 1990; Kay, 1991b). Muitas empresas de disposição de resíduos têm tentado se es-

quivar das legislações estaduais (que frequentemente são mais duras que as legislações federais) através da busca por terras de povos indígenas (Angel, 1992). Devido à sua condição quase independente, reservas de povos originários americanos não são protegidas por regulamentações ambientais estaduais. Ameaças às terras indígenas existem para os *Mohawk* em Nova York; os *Mission* (isso é Campo, La Posta, Los Coyotes, Morongo, Pala e Soboda) no sul da Califórnia; os *Gwichin* no Alasca (Kay, 1991b). O problema é tipificado no caso das reservas dos *Rosebud* em *South Dakota*. RSW, uma empresa sediada em Connecticut, propôs em 1991 construir um aterro sanitário municipal de 6.000 acres nas terras dos *Sioux* (Daschle, 1991). Moradores locais fundaram o grupo *Good Road Coalition* para bloquear o aterro.

## O que aprendemos

Oito em cada nove grupos de oposição comunitária se iniciaram como grupos ambientalistas. *Mothers of East Los Angeles (MELA)* foi a única exceção. Ela surgiu de uma disputa de seis anos envolvendo a proposta de uma prisão com capacidade para 1.450 prisioneiros em East Los Angeles (Pardo, 1991<sup>14</sup>). MELA também brigou contra uma proposta de um oleoduto subterrâneo passando pelo seu bairro. Esta luta contra o incinerador é uma extensão desta batalha anterior.

<sup>14</sup> N.T: referência bibliográfica não identificada no original.

Todos esses grupos têm agendas com múltiplos temas e incorporam justiça social e equidade como seus principais temas organizadores. As lideranças veem suas comunidades como “vítimas” e são rápidos em fazer conexão entre outras formas de discriminação, a qualidade do ambiente físico e as disputas correntes. Algumas lideranças já trabalharam em outras organizações que lutaram contra a discriminação na habitação, emprego e educação.

É claro que ativistas locais populares das comunidades impactadas forneceram a liderança essencial para lidar com as disputas. A típica liderança popular era uma mulher. Por exemplo, mulheres lideraram a luta em sete dos nove casos analisados. Apenas a *West Dallas Coalition for Environmental Justice* e a *West County Toxics Coalition* de Richmond eram lideradas por homens.

Mulheres ativistas eram rápidas em expressar suas preocupações relativas a ameaças às suas famílias, casas e comunidades. A organizadora típica encontrou a liderança imposta a ela pelas circunstâncias imediatas com poucos avisos ou treinamentos prévios para

o trabalho. A falta de experiência, no entanto, não se mostrou uma barreira intransponível para o sucesso da organização.

A forma como as questões locais foram enquadradas parece ter influenciado o tipo de liderança que emergiu. Ativistas locais direcionaram suas energias imediatamente para o que eles definiram como discriminação ambiental, pois discriminação é um fato da vida em todas essas comunidades. A maioria das pessoas não-brancas enfrenta isso diariamente.

A busca por justiça ambiental, portanto, amplia a busca por direitos civis básicos. Ações tomadas por ativistas populares para reduzir as desigualdades ambientais são consistentes na luta pelo fim de outras formas de injustiça encontradas em nossa sociedade – na moradia, educação, emprego, assistência médica, justiça criminal e política.

Os grupos de ambientalismo tradicional não possuem um longo histórico de trabalho com afro-americanos, latinos, asiáticos, povos originários das ilhas do Pacífico e povos originários da América. Na maioria das vezes, eles falharam em enfrentar adequadamente os problemas ambientais que impactam desproporcionalmente pessoas não-brancas. Apesar de algumas exceções, os grupos nacionais não conseguiram estabelecer de forma efetiva a conexão entre as questões ambientais e de justiça social.

A experiência das organizações discutidas aqui sugere que a situação está começando a mudar para melhor. Mesmo que limitadamente, o apoio do movimento ambientalista tradicional às lutas por justiça ambiental vem crescendo visivelmente entre o primeiro *Earth Day* (Dia da Terra) em 1970 e o *Earth Day* de 1990. Certamente, as lutas ambientalistas iniciais das pessoas não-brancas tinham menos chances de atrair apoio significativo dos grupos convencionais.

Por causa da redefinição de “ambientalismo” impulsionada pelos desafios dos setores populares contra o elitismo e o racismo ambiental dos grupos tradicionais, agora mais grupos convencionais reconhecem e tentam enfrentar as desigualdades generalizadas em toda a sociedade. Muitos desses grupos estão começando a entender e a apoiar a causa do ativismo pela justiça social e se mobilizam para proteger seus bairros de aterros sanitários e fundições de chumbo. Esses primeiros passos levaram tempo para acontecer, contudo. Para muitos conservacionistas, a luta por justiça social ainda é distinta do ativismo ambiental.

Por isso, ativistas ambientais não-brancos, em geral, tiveram mais sucesso em conquistar o apoio para sua causa ao apelar a grupos mais voltados para a justiça. Por exemplo, *Northeast Community Action Group (NECAG)* de Houston conseguiram obter apoio de vários ativistas locais em sua disputa com a *Browning-Ferris Industries*. O tema da antidiscriminação foi um forte instrumento para envolver o *Houston Black United Front* (um grupo de autoajuda afro-americano), o *Harris County Council of Organizations* (um grupo político afro-americano de educação eleitoral) e um capítulo de Houston da *ACORN (Association of Community Organizations for Reform Now)*.

De alguma forma, a situação em Dallas lembrou aquela encontrada em Houston. Os líderes do *Neighborhood Committee on Lead Pollution* de West Dallas não receberam assistência de nenhum grupo ambiental externo para resolver sua disputa. Ao contrário, eles contaram exclusivamente com um grupo popular "autônomo", *Common Ground Community Economic Development Corporation*, para que suas reclamações fossem divulgadas publicamente. Não surpreendentemente, a *Common Ground* tem uma longa história de trabalho em temas relacionados à equidade na comunidade afro-americana da cidade.

O *Neighborhood Committee on Lead Pollution* foi dissolvido após a resolução da briga com a fundição de chumbo. Em 1989, o *West Dallas Coalition for Environmental Justice*, um grupo multirracial, foi formado para preencher um vácuo de liderança. Ela pressionou na limpeza do terreno da *RSR Corporation* de West Dallas, fechamento da fundição de chumbo *Dixie Metals* no bairro *East Oak Cliff* em Dallas e medidas de proteção de poluição nas indústrias remanescentes do bairro. A coalizão multirracial tem cerca de 700 membros e 20 voluntários. Ela trabalhou entrosadamente com o *Common Ground and Texas United*, um grupo ambiental afiliado à *National Toxics Campaign*, com sede em Boston. O *Sierra Club* local também escreveu diversas cartas endossando as ações tomadas pelo grupo West Dallas para limpeza do bairro.

Por outro lado, líderes em Alsen receberam apoio (ainda que tardio, em sua luta) de diversos grupos ambientais. A proposta da *Rollins* de queimar bifenilos policlorados nos incinerador de Alsen atraiu a atenção de vários grupos ambientalistas nacionais, incluindo *Greenpeace*, *Citizens' Clearinghouse for Hazardous Waste* e o *National Toxics Campaign*.

Moradores de Alsen também buscaram apoio da *Louisiana Environmental Action Network* (um grupo majoritariamente branco) e do *Gulf Coast Tenants Organization* (um grupo majoritariamente afro-americano). *Gulf Coast*, por exemplo, liderou as “marchas contra as toxinas” no *Earth Day*, de Nova Orleans ao Baton Rouge.

Todos os quatro grupos comunitários da Califórnia analisados neste estudo tiveram grande sucesso em conseguir apoio e formar aliança com grupos populares e grupos ambientais nacionais. Uma vez mais, o nível de apoio externo foi maior para os grupos que lutavam contra a proposição de novas instalações.

Os líderes afro-americanos do *Concerned Citizens of South Central Los Angeles* encontraram aliados e construíram sólidas relações de trabalho com diversos conjuntos de grupos internacionais, nacionais e populares. *Greenpeace* foi o primeiro grupo nacional a se juntar ao *Concerned Citizens* em sua luta para eliminar o LANCER 1<sup>15</sup> (Russell, 1989; Blumberg; Gottlieb, 1989). Outros se juntaram mais tarde, incluindo o *Citizens for a Better Environment* (CBE), o *National Health Law Program* e o *Center for Law in the Public Interest*. O *Concerned Citizens* também forjou alianças com dois grupos “slow-growth” (de crescimento lento) brancos do *Westside: Not Yet New York* (uma coalizão de grupos ambientais e de proprietários de imóveis) e o grupo anti-incineração *California Alliance in Defense of Residential Environments* (CADRE).

*Mothers of East Los Angeles* conseguiu o apoio de grupos como o *Greenpeace*, o *Natural Resources Defense Council*, o *Environmental Policy Institute*, o *Citizens' Clearinghouse on Hazardous Waste*, o *National Toxics Campaign* e o *Western Center on Law and Poverty*. Esses aliados prestaram aconselhamento técnico valioso, depoimentos de especialistas, lobby, pesquisas e assistência legal.

A disputa em Kettleman City atraiu grande atenção e tornou-se o tema do horário nobre dos telejornais. O grupo local, *El Pueblo para El Aire y Agua Limpio* (Povo por Ar e Água Limpo), recebeu apoio de grupos ambientalistas e de [grupos de] justiça social nacionais e populares. O embate trouxe líderes não-brancos de dentro e de fora da Califórnia. A decisão de instalar um incinerador de resíduos perigosos em Kettleman City também serviu como um ponto de união para muitos grupos de justiça ambiental do *Greenpeace* ao *Southwest Network for Environmental and Economic Justice*

<sup>15</sup> *Los Angeles City Energy Recovery Project* ou *LANCER I*, o primeiro dos três incineradores municipais, foi promovido por seus apoiadores como “a ‘Solução de Gestão de Resíduos Sólidos do Século 21’ da cidade, uma operação emblemática para toda a indústria de incineração e um modelo para governos locais em todo lugar” (Blumberg & Gottlieb, 1989, p. 28), embora nunca tenha sido construído.

de Albuquerque (uma coalizão de ativistas ambientais não-brancos de oito estados do sudoeste).

A *West County Toxics Coalition*, sediada em Richmond, foi fundada com apoio da *National Toxics Campaign*. Em seguida, conseguiu envolver o *Sierra Club* (cuja sede fica do outro lado da baía, em São Francisco) em sua luta. O *Citizens for a Better Environment* (CBE), sediado em São Francisco, forneceu ao grupo assistência técnica e documentação sobre o problema ambiental local (ver o relatório de 1989, *Richmond at Risk*). O relatório oferece evidências fortes da ameaça representada pelas indústrias poluidoras nas comunidades afro-americanas e latinas da cidade.

Disputas envolvendo terras indígenas apresentam problemas para os movimentos ambientalistas convencionais. Dada a longa história de exploração e genocídio direcionada aos povos originários pelos brancos, disputas ambientais assumem significados históricos e culturais de grande expressão. Contudo, *Good Road Coalition* foi capaz de obter o apoio de ativistas do *Greenpeace* e de dois grupos indígenas americanos (o *Indigenous Environmental Network* e o *Natural Resource Coalition*).

## Táticas de Organização

Grupos ambientalistas populares e seus aliados têm usado uma ampla gama de táticas para defender o que eles vêem como ameaça à família, casa e comunidade. As lideranças tomaram emprestadas muitas das táticas dos movimentos iniciais de direitos civis. Todos os grupos se utilizaram de protestos públicos, manifestações, petições, lobby, relatórios e investigações, além de audiências para educar as comunidades e intensificar o debate público sobre a disputa. Além disso, as lideranças organizaram workshops e fóruns de bairro para manter os moradores informados sobre as disputas e novos desdobramentos.

Todos os grupos populares direcionaram suas ações aos governos local, estadual e federal devido à sua influência direta ou indireta nas decisões de localização e fiscalização. Por exemplo, os líderes do *Northeast Community Action Group* de Houston focaram suas ações tanto nos órgãos governamentais locais quanto no governo estadual responsável pela concessão de permissão para as instalações.

Um certo número de resultados concretos surgiu da contenda em Houston. Primeiramente, o Conselho da Cidade de Houston, atuando sob intensa pressão polí-

tica dos residentes locais, aprovou uma resolução em 1980 que proibia que caminhões de lixo de propriedade municipal descarregassem lixo em um aterro polêmico na subdivisão de *Northwood Manor*. Em segundo lugar, o conselho aprovou uma restrição proibindo a construção de aterros sanitários próximos de instalações como escolas e parques. (Esta ação foi nada menos que uma forma de proteção por zoneamento.) Em terceiro lugar, o Departamento de Saúde do Texas atualizou os requisitos para a autorização de licença para aterros sanitários. Agora, as solicitações devem incluir um detalhamento do uso do solo, impacto econômico e dados sociodemográficos das áreas onde os aterros municipais serão implantados.

O *Neighborhood Committee on Lead Pollution* questionou o *Dallas Health Department* pela fiscalização leniente em relação ao ordenamento municipal sobre chumbo e as repetidas violações de uma fundição próxima. Grupos populares de West Dallas estenderam sua influência para além dos limites da vizinhança, pressionando o Prefeito de Dallas a nomear uma força-tarefa municipal com sanção governamental (a *Dallas Alliance Environmental Task Force*) para cuidar da contaminação por chumbo. A motivação para a criação da força-tarefa veio do grupo local de West Dallas.

Os dois grupos de bairro de Los Angeles buscaram a intervenção da cidade na disputa. A questão do *LANCER* foi incluída na política local contribuindo tanto para a derrota da Presidente do Conselho Municipal, Pat Russell, favorável ao *LANCER*, quanto para a eleição da defensora do meio-ambiente, Ruth Galanter. *Concerned Citizens of South Central Los Angeles* e seus aliados provaram que cidadãos locais podem lutar contra a Prefeitura e vencer. Oponentes do projeto de incinerador iniciado pela cidade pressionaram autoridades eleitas importantes, incluindo o Prefeito Tom Bradley. Bradley reviu sua posição e pediu ao conselho municipal para encerrar o projeto, que estava em fase de planejamento desde 1969 e incluiu compromisso de contribuir com 12 milhões de dólares (Russell, 1989).

O grupo *Mothers of East Los Angeles*, em sua luta, direcionaram suas forças ao *South Coast Air Quality Management District (AQMD)*, ao *California Department of Health Services (DHS)* e ao *U.S. Environmental Protection Agency (EPA)* – as agências responsáveis por conceder a licença para o projeto do incinerador de resíduos perigosos em Vernon. As instalações representariam o primeiro incinerador de resíduos tóxicos “de última geração” da Califórnia.

Para bloquear o projeto, o grupo *Mothers of East Los Angeles* e seus aliados se organizaram para que mais de 500 moradores comparecessem à audiência do DHS sobre o tema em 1987. Eles também pressionaram em outros fóruns públicos. A aliança questionou o DHS em 1988, que permitiu que a *California Thermal Treatment Services (CTTS)* levasse o projeto adiante sem preparar um relatório de impacto ambiental (EIR). A cidade de Los Angeles, *MELA* e outros se uniram em um processo judicial para revisar essa decisão. No entanto, a Agência de Proteção Ambiental (*EPA*) dos Estados Unidos aprovou a licença sem o relatório de impacto ambiental.

Isso levou a Deputada estadual da Califórnia Lucille Roybal-Allard a liderar uma bem-sucedida luta para alterar a lei na Califórnia e exigir relatório de impacto ambiental para todos os incineradores de resíduos tóxicos. Em dezembro de 1988, a *CTTS* estava prestes a começar a construção, a *AQMD* decidiu que a companhia deveria fazer os estudos ambientais e redesenhar seus padrões originais para atender às novas e mais rigorosas regulamentações de poluição do ar. A *CTTS* contestou a decisão do *AQMD* até a Suprema Corte do Estado e perdeu.

The *Coalition for Community Action* (Alsen, LA) concentrou seus ataques na Louisiana *Department of Environmental Quality* e em seus pouco comprometidos padrões de qualidade do ar no norte de Baton Rouge e as comunidades afro-americanas afetadas pelas emissões das indústrias poluentes próximas. O grupo também trabalhou em ter maior envolvimento ativo da *EPA* federal nos esforços de prevenção à poluição no "Corredor do Câncer" (*Cancer Alley*).

O *West County Toxics Coalition de Richmond* trabalhou para conseguir o envolvimento das agências governamentais estaduais e federais na redução de emissões das indústrias poluentes próximas. Por outro lado, o *People for Clean Air and Water* da cidade de Kettleman, concentrou seus esforços no *Kings County Board of Supervisor*<sup>16</sup>, no *California Department of Health Services*<sup>17</sup> e no *EPA* federal.

<sup>16</sup> *Kings County Board of Supervisor*: Conselho de Supervisores do Condado de Kings.

<sup>17</sup> *California Department of Health Services*: Departamento de Serviços de Saúde da Califórnia.

Os nativos americanos que fundaram a *Good Road Coalition* recorreram ao Conselho Tribal (Tribal Council) (o governo soberano da Nação *Sioux* na Reserva Rosebud) para cancelar o contrato assinado com a *RSW* para a construção de uma reserva de 6.000 acres. O Presidente Tribal Ralph Moran havia apoiado a construção. É interessante que seis dos nove grupos populares utilizaram a via judicial como estratégias.

Os três grupos que não o fizeram foram a *West Dallas Coalition for Environmental Justice* (sua predecessora já havia movido uma ação judicial), a *West County Toxics Coalition of Richmond* e a *Good Road Coalition* de Rosebud. Todos os grupos que entraram com ações judiciais utilizaram seus próprios advogados. Três deles (*Concerned Citizens of South Central Los Angeles*, *Mothers of East Los Angeles* e *People for Clean Air and Water*) recorreram a centros judiciais de interesse público para entrar com suas ações.

Os grupos de West Dallas e East Los Angeles contaram com o governo local em suas ações judiciais: a Procuradoria-Geral de Dallas e Texas se juntaram as demandantes de West Dallas, enquanto a cidade de Los Angeles se juntou ao grupo *MELA (Mothers of East Los Angeles)*.

Três dos grupos comunitários (dois de West Dallas e um de Richmond) utilizaram as negociações como resolução de conflitos. Os grupos de West Dallas conseguiram negociar dois planos diferentes de descontaminação – o primeiro em 1984 e o segundo em 1992.

*West County Toxics Campaign* de Richmond contou com a participação do Reverendo Jesse Jackson, da *National Rainbow Coalition*, para negociar com a Chevron, a principal poluidora da comunidade. O Prefeito de Richmond, George Livingston, ajudou a organizar a reunião de 07 de maio de 1990 com a Chevron, que incluiu representantes da *West County Toxics Coalition* e da *Sierra Club*. Jackson descreveu as negociações como “um caso teste, um exemplo de teste, tanto com riscos quanto com possibilidades”. Ele e a *West County Toxics Coalition* apresentaram à Chevron um plano com seis pontos (Reed, 1990, p. A1):

- Reservar anualmente 1% do custo de modernização de US\$ 1 bilhão proposto pela Chevron para um fundo de despoluição. O fundo deveria empregar pessoas desempregadas de Richmond para limpeza do meio-ambiente e também deveria financiar serviços de saúde e novas tecnologias para redução de poluição;
- Estabelecer um atendimento médico clínico totalmente financiado, 24 horas ao dia, para aqueles afetados pelas dezenas de indústrias poluidoras de Richmond;
- Reduzir as toneladas de resíduos tóxicos incinerados na planta *Ortho Chemical* da Chevron. (Atualmente, a Chevron queima aproximadamente

75.000 toneladas na sua fornalha e está buscando licenças estaduais para duplicar a capacidade do incinerador);

- Reunir representantes de outras indústrias poluidoras e pressioná-las a reduzir as emissões tóxicas de suas empresas;
- Retirar investimentos na África do Sul;
- Negociar um cronograma para cumprir os objetivos acima.

Ninguém sabe em que essas negociações irão resultar ou quanto tempo levará para que se consigam resultados tangíveis. No entanto, ambos os lados parecem desejar o diálogo. Evidentemente, falar sobre redução de emissões é diferente de realmente reduzi-las. Mas a *Coalition* e seus aliados conseguiram fazer com a Chevron concordasse em não trazer resíduos de fora para serem incinerados na unidade de Richmond.

Outro resultado concreto das negociações foi um acordo para negociação de detalhes específicos. No entanto, a própria reunião já representou uma grande vitória em que a *West County Toxics Coalition* finalmente conquistou o direito de negociar com a Chevron, algo que os líderes locais vinham tentando fazer sem sucesso desde 1987.

## Deliberações e Resultados

Esses estudos de caso demonstram que afro-americanos, latino-americanos e povos originários americanos estão ativamente buscando estratégias para melhorar a qualidade de vida de seus bairros. As lideranças populares não tinham expectativa de que “pessoas de fora” ou “pessoas da elite” se movimentariam para ajudá-las, assim elas mesmas tomaram a iniciativa.

Como era de se esperar, os grupos tiveram mais sucesso em bloquear as instalações propostas do que em fechar as que já estavam em funcionamento. Os residentes de West Dallas tiveram sucesso em fechar uma fundição de chumbo e em ganhar uma indenização extrajudicial de mais de US\$ 45 milhões – uma das maiores indenizações já concedidas em um caso de poluição por chumbo no país. O acordo foi feito em nome de 370 crianças – quase todas pobres e negras, residentes em um conjunto habitacional público de West Dallas – e de 40 proprietários de imóveis.

O processo foi finalmente encerrado em junho de 1983, quando a RSR concordou com um programa de despoluição em West Dallas, um programa de testagem de sangue para crianças e mulheres grávidas e a instalação de um novo equipamento antipolvente. O equipamento, contudo, nunca foi instalado. Em maio de 1984, a *Dallas Board of Adjustments*, uma agência municipal responsável pelo monitoramento de violações ao uso do solo, requisitou que a Procuradoria Municipal ordenasse o fechamento definitivo da fundição por violação do código de zoneamento. Ela havia operado no bairro por cerca de 50 anos sem as autorizações necessárias ao uso.

A descontaminação de 1984 mostrou-se inadequada. Uma descontaminação mais abrangente de West Dallas foi iniciada em dezembro de 1991 – 20 anos após os primeiro estudo governamental sobre fundições de chumbo. Cerca de 30.000 a 40.000 jardas cúbicas de solo contaminado por chumbo (aproximadamente o carregamento de 1.800 caminhões) seriam removidas de diversos lugares de West Dallas, incluindo pátios de escolas e aproximadamente 140 casas privadas (Loftis, 1992). O projeto custará entre US\$ 3 e 4 milhões. O solo contaminado foi originalmente previsto para ser enviado para um aterro sanitário em Monroe, Louisiana – uma cidade que é 60% composta por afro-americanos.

O aterro sanitário em Houston, o incinerador de resíduos perigosos em Alsen, e a planta petroquímica (com incinerador de resíduos perigosos no local) em Richmond ainda estão em operação. Embora os três grupos e seus aliados não tenham conseguido a eliminação total das ameaças através do fechamento efetivo das instalações, eles conseguiram obter concessões das indústrias poluidoras na forma de redução da capacidade e controle das emissões. Em Alsen, depois de mais de seis anos, uma decisão extrajudicial foi firmada entre a *Rollins* e os moradores. Foi relatado que o acordo era equivalente, em média, a US\$ 3.000 por morador. A empresa também foi instada a reduzir as emissões em suas instalações.

A construção de quatro instalações propostas foi impedida: duas instalações de resíduos em Los Angeles (South Central e East Los Angeles), uma na Reserva de Rosebud em South Dakota e uma na cidade de Kettleman. Os dois processos judiciais movidos em nome dos moradores de South Central e East Los Angeles nunca chegaram à fase de julgamento ou acordo, pois as propostas de construção foram retiradas. O projeto *LANCER* patrocinado pelo município foi can-

celado pelo Prefeito e pelo Conselho Consultivo. Em maio de 1991, a *CTTS* decidiu “jogar a toalha” porque os processos ameaçavam chegar a custos mais altos que US\$ 4 milhões, além do que a empresa já havia gasto no projeto (Dolan, 1991). O incinerador de resíduos perigosos em Vernon se tornou um assunto encerrado.

Por outro lado, a *Good Road Coalition* bloqueou os planos de construção de um aterro sanitário de 6.000 acres na Reserva de Rosebud através de um processo eleitoral. A maior parte dos moradores votou contra a proposta. Em 1991, o ex-Presidente tribal Ralphe Moran, que apoiava a proposta do aterro, foi derrotado nas eleições primárias tribais e os moradores venceram o Conselho Tribal a cancelar o acordo para construir as instalações. A proposta foi ressuscitada em 1992 e ainda outra oferta foi feita ao Conselho tribal pela *RSW*. Novamente, o plano foi rejeitado pelo Conselho.

Embora parte do processo envolvendo a disputa pelo incinerador da cidade de Kettleman ainda esteja pendente, a *People for Clean Air and Water* obteve uma grande vitória em retardar a sua construção. Em janeiro de 1992, um juiz da corte superior reverteu a decisão de aprovação do incinerador da cidade de Kettleman dada pelo *Kings County Board of Supervisor*<sup>18</sup>, mencionando o impacto negativo na qualidade do ar no Vale Central da Califórnia, uma região rica em agricultura.

<sup>18</sup> *Kings County Board of Supervisor*: Conselho de Supervisores do Condado de Kings.

O juiz determinou que o relatório de impacto ambiental no condado de Kings era inadequado e que os líderes do condado falharam ao não envolver os moradores locais na decisão e por não fornecerem tradução em espanhol para o material relacionado ao projeto. Esta decisão judicial representa uma vitória, já que a empresa de gestão de resíduos deverá iniciar todo o processo novamente, se ainda estiver interessada em instalar a unidade.

## Conclusão

O movimento ambiental tradicional provou que pode ajudar a fortalecer a qualidade de vida nesse país. As organizações nacionais que compõem esse movimento tradicional desempenharam, sem dúvida, um papel importante em formatar uma política ambiental nacional. Entretanto, poucas dessas organizações envolveram ativamente as comunidades racializadas nos conflitos ambientais. Devido a esse motivo, é improvável vermos, em breve, um envolvimento em massa

de pessoas não-brancas em grupos ambientais nacionais. Um contínuo crescimento em suas próprias organizações populares é mais provável. De fato, o segmento que mais cresce é formado por comunidades populares racializadas, que estão cada vez mais se articulando entre si e com outros grupos comunitários. Enquanto a sociedade norte-americana continuar dividida em comunidades separadas e desiguais, esses grupos continuarão a exercer uma função positiva.

Não surpreende que lideranças indígenas estão organizando a mais efetiva resistência dentre as comunidades racializadas. Elas têm a vantagem de estar próximas das populações diretamente afetadas pelas contendas que elas estão tentando resolver. Além disso, estão completamente envolvidas com pautas de justiça social e econômica e familiarizadas com táticas do movimento pelos direitos civis. Isso torna possível uma efetiva organização comunitária. Pessoas não-brancas possuem uma longa experiência em desafiar governos e corporações que as discriminam. Pessoas que priorizam os direitos civis e a justiça social podem ser encontradas em quase todas as grandes cidades do país.

A cooperação entre os principais lados do movimento ambiental é possível e benéfico, contudo. Muitos ativistas ambientais não-brancos estão tendo apoio de organizações tradicionais na forma de consultoria técnica, depoimentos de especialistas, assistência financeira direta, captação de recursos, pesquisas e apoio jurídico. Em contrapartida, um número crescente de pessoas não-brancas está ajudando as organizações tradicionais a redefinirem suas agendas ambientais limitadas e expandirem seus alcances a conselhos, equipes e comitês consultivos. Assim, os ativistas populares têm sido os mais influentes em colocar temas relacionados a equidade e a justiça social em uma agenda mais ampla, com a diversificação do movimento como um todo. Essas mudanças são necessárias para que o movimento ambiental possa, de fato, liderar um movimento global por uma sociedade justa, sustentável e saudável e efetivamente resolver de forma eficiente os conflitos ambientais urgentes. Ambientalistas e ativistas de direitos civis de todas as origens devem dar boas-vindas ao crescente movimento de Afro-americanos, latinos, asiáticos, povos originários das ilhas do Pacífico e povos originários americanos que estão assumindo a luta por justiça ambiental.

## Referências

Agency for Toxic Substances and Disease Registry. *The Nature and Extent of Lead Poisoning in Children in the United States: A Reprint to Congress*. Atlanta: U.S. Department of Health and Human Services, 1988.

Alston, D. *We Speak for Ourselves: Social Justice, Race and Environment*. Washington, D.C.: The Panos Institute, 1990.

Anderson, B.; Dunn, M.; Alabarado, S. Prosperity in Paradise: Louisiana's Chemical Legacy. *Morning Advocate*, 25 abr. 1985.

Angel, B. *The Toxic Threat to Indian Lands: A Greepeace Report*. San Francisco: Greenpeace, 1992.

Bachrach, K. M.; Zautra, A. J. Coping with Community Stress: the Threat of a Hazardous Waste Landfill. *Journal of Health and Social Behaviour* 26, jun., 1985, p. 127-141.

Beasley, C. Jr. Of Poverty and Pollution: Deadly Threat on Native Lands. *Buzzworm* 2, sep./out., 1990b, p. 39-45.

Blauner, R. *Racial Oppression in America*. Nova York: Harper and Row, 1972.

Blumberg, M.; Gottlieb, R. *War on Waste: Can America Win Its Battle with Garbage?* Washington D.C.: Island Press, 1989.

Brown, M. H. *Laying Waste: The Poisoning of America by Toxic Chemicals*. Nova York: Pantheon Books, 1980.

Brown, M. H. *The Toxic Cloud: the Poisoning of America's Air*. Nova York: Harper and Row, 1987.

Bryant, B.; Mohai, P. *Race and the incidence of environmental hazards*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1992.

Bullard, R. D. Solid Waste Sites and the Black Houston Community. *Sociological Enquiry* 53, primavera/1983, p. 273-288.

Bullard, R. D. *Invisible Houston: the Black Experience in Boom and Bust*. College Station, Texas: Texas A & M University Press, 1987.

Bullard, R. D. *Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1990.

Bullard, R. D. Environmental Justice for All. In: *EnviroAction, Environmental News Digest for the National Wildlife Federation*, nov. 1991a.

Bullard, R. D. *Directory of People of Color Environmental Groups 1992*. Riverside, California: University of California, Riverside, Department of Sociology, 1992a.

Bullard, R. D. Urban Infrastructure: Social Environmental and Health Risks to African Americans In: Tidwell, B. (ed.) *The State of Black America 1992*. Nova York: National Urban League, 1992b, p. 183-196.

Bullard, R. D.; Wright, B. H. Blacks and the Environment. *Humboldt Journal of Social Relations* 14, 1987, p. 165-184.

Bullard, R. D.; Wright, B. H. The Quest for Environmental Equity: Mobilizing the African American Community for Social Change. *Society and Natural Resources* 3, 1991, p. 301-311.

Buttel, F.; Flinn, W. L. Social Class and Environmental Beliefs: A Reconsideration. *Environment and Behavior* 10, set., 1978, p.433-450.

Carmichael, S.; Hamilton, C.V. *Black Power*. Nova York: Vintage, 1967.

Catton, W. *Overshoot: the Ecological Basis of Revolutionary Change*. Chicago: University of Illinois Press, 1982.

Center for Investigative Reporting and Bill Moyers. *Global dumping grounds: The international trade in hazardous waste*. Washington, D.C.: Seven Lock Press, 1990.

Cerrell Associates Inc. *Political difficulties facing waste-to-energy conversion plant siting. California Waste Management Board, Technical Information Series*. Preparado por Cerrell Associates Inc. para a California Waste Management Board. Los Angeles, CA: Cerrell Associates Inc., 1984.

Citizens for a Better Environment. *Richmond at Risk: Community Demographics and Toxic Hazards from Industrial Polluters*. San Francisco: CBE, 1989.

Corwin, M. Unusual Allies Fight Waste Incinerator. *Los Angeles Times*, 24 fev. 1991: A1, A36.

Daschle, Thomas. Dances with Garbage. *Christian Science Monitor*, 14 fev. 1991.

Denton, N. A.; Massey, D. S. Residential Segregation of Blacks, Hispanic and Asians by Socioeconomic Class and Generation. *Social Science Quarterly* 69, 1988, p.797-817.

Dolan, M. Toxic Waste Incinerator Bid Abandoned. *Los Angeles Times*, 24 mai. 1991.

Dunlap, R. E. Public Opinion on the Environment in the Reagan Era: Polls, Pollution and Politics. *Environment* 29, 1987, p. 6-11, p. 31-37.

Feagin, J. R.; Feagin, C. B. *Free Enterprise City: Houston in Political and Economic Perspective*. Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice Hall, 1988.

Freeman, M. A. The distribution of Environmental Quality. *In: Kneese, A.; Bower, B. (ed.). Environmental Quality Analysis*, Baltimore: John Hopkins Univeristy Press for Resources for the Future, 1971.

Gelobter, M. The Distribution of Air Pollution by Income and Race. Artigo apresentado no *Second Symposium on Social Science in Resource Management*, Urbana, Illinois, jun. 1988.

Gianessi, L.; Peskin, H. M.; Wolff, E. The Distributional Effects of Uniform Air Pollution Policy in the U.S. *Quarterly Journal of Economics*, mai. 1979, p.281-301.

Gottlieb, R. *A life of its own: the politics and Power of water*. Nova York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1988.

Greenpeace. The 'Logic' Behind Hazardous Waste Export. *Greepeace Waste Trade Uptade*, primeiro trimestre, 1992, p.1-2.

Hamilton, C. Women, Home Community. *Race, Poverty and the Environment Newsletter 1*, abr. 1990.

Jaynes, G.; Williams, R. M. Jr. A Common Destiny: Blacks and American Society. Washington, D.C.: *National Academy Press*, 1989.

Kay, J. Fighting toxic racism: L.A.'s Minority Neighborhood is the "Dirtiest" in the State. *San Francisco Examiner*, 7 abr. 1991a: A1.

Kay, J. Indian Lands Targeted for Waste Disposal Sites. *San Francisco Examiner*, 10 abr. 1991b: A10.

Lee, B. L. Environmental Litigation on Behalf of Poor, Minority Children: Matthews v. Coye: A Case Study. Artigo apresentado no *Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science*, Chicago, abr. 1992.

Loftis, R. L. Louisiana OKs Dumping of Tainted Soil. *Dallas Morning News*, 12 mai. 1992: A1, A30.

Mann, E. Environmentalism in the Corporate Climate. *Tikkun 5*, 1990, p.60-65.

Maraniss, D.; Weisskopf, M. Jobs and Illness in Petrochemical Corridor. *Washington Post*, 22 dez. 1987.

Mohai, P. Public Concern and Elite Involvement in Environmental Conservation. *Social Science Quarterly 66*, dez. 1985, p. 820-838.

Mohai, P. Black Environmentalism. *Social Science Quarterly 71*, abr. 1990, p. 744-765.

Morrison, D. E. The Soft Cutting Edge of Environmentalism: Why and How the Appropriate Technology Notion is Changing the Movement. *Natural Resources Journal 20*, abr. 1980, p. 275-298.

Morrison, D. E. How and Why Environmental Consciousness has Trickled Down. In: Schnailber, A.; Watts, N.; Zimmermann, K.(ed.) *Distributional Conflict in Environmental Resource Policy*. Nova York; St. Martin's Press, 1986, p. 187-220.

Nauss, D. W. The People VS. The Lead Smelter. *The Dallas Times Herald*, jul. 1983.

Omi, M.; Winant, H. *Racial Formation in the United States: From the 1960's to the 1980's*. Nova York: Routledge, Kegan and Paul, 1986.

Ong, P.; Blumberg, E. *Race and Environmentalism*. Artigo lido na Graduate School of Architecture and Urban Planning - UCLA, 14 mar. 1990.

Pardo, M. Mexican American Women Grassroots Community Activists: Mothers of East Los Angeles. *Frontiers: A Journal of Women's Studies 11*, jan. 1990, p. 1-6.

Reed, D. Jackson to Chevron: Clean Up. *West County Times*, 8 mai. 1990: A1.

Russell, D. Environmental Racism. *Amicus Journal 11*, fev. 1989, p. 22-32.

Sanchez, J. The Environment: Whose Movement? *California Tomorrow 3*, 1988, p. 10-17.

Sanchez, R. *Health and environmental risks of the maquiladora in Mexicali*. *Natural Resources Journal 30*, inverno/1990, p.163-186.

Siller, J. F. Environmental Racism? It Could Be a Messy Fight. *Business Week*, 20 mai. 1991, p. 116.

Tomsho, R. Dumping Grounds: Indian Tribes Contend with Some of the Worst of America 's Pollution. *Wall Street Journal*, 29 nov. 1990.

United Church of Christ Commission for Racial Justice. Toxic Wastes and Race in the United States. *A National Report on the Racial and Socio-Economic Characteristics of Communities with Hazardous Waste Sites*. Nova York: United Church of Christ, 1987.

Wernette, D. R.; Nieves, L. A. Breathing Polluted Air. *EPA Journal* 18, mar.-abr./1992, p.16-17.

West, P. C.; Fly, F.; Marans, R. Minority Anglers and Toxic Fish Consumption: Evidence from a State-Wide Survey of Michingan. In: Bryant; Mohai, P. (ed.). *The Proceedings of the Michigan Conference on Race and the Incidence of Environmental Hazards*, Ann Arbor: University of Michigan School of Natural Resources, 1989, p. 108-122.

Witt, M. An injury to one is an gravio A todo: the need for a Mexico-US Health and Safety Movement. *New solutions, A Journal of Environmental and Occupational Health Policy* 1, mar. 1991, p. 161-164.

Working Group on Canada-Mexico Free TrADE. Que Pasa? A Canada-Mexico 'Free' Deal. *New Solutions, A Journal of Environmental and Occupational Health Policy* 2, jan. 1991, p. 10-25.

Zuniga, J. A. *Watchdog keeps tabs on politics of environment along border*. *Houston Chronicle*, mai./1992.